

São Paulo quer melhorar a qualidade da água distribuída à população brasileira

No Brasil, ainda são poucos os sistemas e laboratórios de pesquisa que realizam estudos em relação à presença de vírus e protozoários na água captada e tratada para abastecimento público. O objetivo, porém, é passar a monitorar, temporariamente, esses agentes patogênicos em amostras dos mananciais que abastecem as captações. Essa será uma das sugestões que o Estado de São Paulo – por meio de diversos órgãos relacionados à saúde e meio ambiente – encaminhará ao Ministério da Saúde. O objetivo é subsidiar a revisão da portaria federal nº 518/2004, que trata da qualidade da água para o consumo humano.

A sugestão surgiu a partir do *workshop* internacional *Ocorrência e métodos de detecção de microrganismos patogênicos e indicadores, cianobactérias e cianotoxinas em águas tratadas e brutas destinadas a captação e tratamento para consumo humano: subsídios para a legislação*. O evento, realizado em outubro, na capital, contou com especialista da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (Usepa). E foi organizado por grupo de trabalho (denominado Microbiológico) constituído pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – São Paulo (Abes-SP).

Em dezembro, as propostas deste e de outros dois grupos (Química e Responsabilidade) serão discutidas e agrupadas num único documento. Integram o grupo técnico Microbiológico profissionais de universidades, empresas de saneamento, institutos das secretarias de Saúde e Meio Ambiente, entidades de classe e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb). Segundo Elayse Maria Hachich, gerente do setor de microbiologia e parasitologia da Cetesb, para que o monitoramento passe a ser feito, os laboratórios precisam de tempo para se aparelhar. A ideia, porém, não é de que todos os laboratórios se encarreguem desse

Com esse objetivo, Estado vai encaminhar proposta ao Ministério da Saúde para monitorar a presença de vírus e protozoários em mananciais



Represa Municipal de Bofete: a proposta é monitorar a presença de agentes patogênicos na água destinada a consumo humano

processo. “Achamos que alguns laboratórios brasileiros, principalmente das grandes empresas de saneamento, universidades e de algumas instituições do Ministério da Saúde, têm de se capacitar para fazer essas análises, tornando-se centro de referência”, avalia o gerente.

Atuação conjunta – O *workshop* forneceu ainda propostas de modificações com relação ao grupo coliformes e bactérias heterotróficas. Para isso, houve uma revisão conceitual sobre esses indicadores e a respeito do significado da ocorrência e abrangência deles nos sistemas de abastecimento de água tratada.

“Há ainda sugestões referentes à contagem de cianobactérias (para torná-la mais precisa) e também à introdução de novos critérios para as cianotoxinas”, observa Romeu Cantusio Neto, coordenador do grupo Microbiológico. Todos esses microrganismos – incluindo os coliformes e bactérias heterotróficas – permitem, segundo ele, atestar a qualidade da água para o consumo humano.

A revisão da portaria federal é necessária para incorporar novos conhecimentos disponíveis atualmente, relativos às áreas da saúde e meio ambiente, esclarece Elayse. Com essa finalidade, o Ministério da Saúde divulgou recentemente a portaria

nº 1.288/2009, instituindo grupo de trabalho federal encarregado da tarefa. Para Roseane Garcia Lopes de Souza, vice-coordenadora da Câmara Técnica de Saúde Pública, vinculada à Abes, um dos desafios em termos de água para consumo humano é relacionar dados ambientais com os de saúde. Isso permite obter informação mais completa sobre a água e avaliar o risco de algumas enfermidades. Mas para atingir esse propósito, segundo ela, é preciso que as áreas de meio ambiente e saúde atuem conjuntamente.

Paulo Henrique Andrade
Da Agência Imprensa Oficial

Procon constata falta de esclarecimento ao consumidor

Oferecida geralmente no mercado de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, a garantia estendida é uma modalidade de seguro normatizada pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), que objetiva fornecer a extensão e/ou complementação da garantia original de fábrica. Pesquisa realizada pela Fundação Procon-SP, da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, constatou que 71,26% dos consumidores que contrataram esse serviço não foram informados de que se tratava de um seguro. Outra falha detectada foi que 31,03% não receberam o contrato e, entre os que tiveram acesso ao documento, a maioria (96,67%) só o recebeu no ato da contratação, ou seja, não teve conhecimento prévio das cláusulas previstas nas condições gerais da apólice.

A finalidade da pesquisa foi captar a posição e a percepção do consumidor frente a algumas questões do contrato de garantia estendida, bem como a qualidade e abrangência das informações recebidas por ele antes e durante a contratação. A apresentação/venda desse tipo de garantia, segundo a pesquisa, carece de informação prévia adequada, um dos direitos básicos do consumidor descrito no artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor.

Além da oferta irregular (vendedores não oferecem esse serviço como seguro, não informam previamente sobre as coberturas e exclusões previstas nas condições gerais da



apólice, e só dão acesso ao documento no ato da contratação), a pesquisa constatou que, entre os consumidores que contrataram o seguro, a maioria não o utilizou (63,22%). No entanto, dos que utilizaram metade teve problemas. O principal ocorreu relacionado à exclusão de cobertura por mau uso do produto (56,25%). O segundo foi a recusa de cobertura em virtude de que o consumidor não trocou o produto conforme previsto em contrato (25%). Todos os entrevistados que tentaram cancelar o seguro, após constatação de problemas, não conseguiram.

Seguro ou garantia – Para a observação de como ocorre na prática a oferta da garantia estendida ao consumidor, uma sondagem física com 25 estabelecimentos comerciais e uma virtual em 12 lojas também integraram o estudo. O resultado da sondagem física mostrou que 100% deles trabalham com essa modalidade de seguro. O levantamento

apurou ainda que todos os vendedores abordados não oferecem o serviço como seguro, e sim como extensão da garantia contratual. É importante destacar que em 80% dos estabelecimentos pesquisados (20), os vendedores disseram que as condições gerais da apólice são informadas somente no ato ou após a compra do produto.

Nas lojas virtuais, 75% (9) comercializam este seguro; e a maioria dos sites informa que se trata de extensão da garantia do fabricante. A pesquisa foi realizada em três etapas. Entrevistas pessoais com consumidores (durante dois dias), por meio de aplicação de 303 questionários estruturados. Sondagem física também realizada durante dois dias, com estabelecimentos comerciais distribuídos pelas regiões norte, sul, leste e oeste do município de São Paulo e pesquisa em 12 lojas virtuais.

Da Agência Imprensa Oficial e da Assessoria de Imprensa do Procon

Poupatempo aceita cartão para pagamento de 2ª via do RG

O Poupatempo começou a receber o pagamento de taxas por meio de cartão de débito. Inicialmente, esse tipo de pagamento destina-se à emissão da 2ª via do RG, que representa a maior demanda de atendimento dos postos. Diariamente, são mais de 7 mil emissões. O próximo passo é expandir o pagamento eletrônico para os serviços do Detran. A novidade deverá reduzir as filas e melhorar a qualidade do atendimento prestado ao cidadão.

Os terminais de pagamento eletrônico estão instalados nos balcões de triagem do Instituto de Identificação Ricardo G. Daunt de 12 dos 14 postos fixos do Poupatempo. A transação eletrônica leva, em média, 30 segundos para ser concluída. A solução foi implantada em caráter experimental no Poupatempo Santos, em julho, e gradativamente expandida para outros postos. Os terminais de pagamento eletrônico aceitam cartões de débito de qualquer banco afiliado às bandeiras Visa e Mastercard. No total, são 42 terminais, número que deverá chegar a 50, com a inclusão dos postos Sé e Bauru.

Da Agência Imprensa Oficial e da Assessoria de Imprensa da Secretaria de Gestão Pública